

Direito Administrativo I – Turma A

Exame escrito – Recurso (coincidências)

20 de fevereiro de 2020

I

A Câmara Municipal do Porto aprovou na sua última reunião, por quatro votos a favor e um voto contra, a seguinte deliberação: *“É delegada no Presidente da Câmara Municipal do Porto a competência para aprovar o Plano Diretor Municipal.”*

No dia imediatamente subsequente, o Presidente da Câmara delegou essas competências no vereador com o pelouro do urbanismo e, no dia seguinte, este mesmo vereador, por sua vez, delegou a competência no Diretor Municipal do Urbanismo e Planeamento.

Insatisfeito com a ausência de proatividade na preparação e aprovação do Plano Diretor Municipal, o vereador emite o seguinte despacho dirigido ao Diretor Municipal:

“1. O Diretor Municipal do Urbanismo e Planeamento deve aprovar o Plano Diretor Municipal no prazo máximo de 30 dias.

2. Tendo em conta a exigência de celeridade resultante do Princípio da Boa Administração, é dispensada a obrigatoriedade legal de realização de consulta pública.”

O Diretor Municipal decide cumprir este comando, mas com muitas dúvidas e, por isso, comunica o facto ao Ministro da Administração Interna, que determina à Inspeção-Geral de Finanças a realização de um inquérito ao Município do Porto.

Em resultado do inquérito, a Inspeção-Geral de Finanças, considerando a existência de ilegalidades relevantes, propõe ao Ministro da Administração Interna a perda de mandato do vereador e a revogação do despacho por este emitido.

Em face desta situação, o Ministro da Administração Interna, que atualmente assessora, pergunta-lhe:

- a) *“Existem problemas legais nas delegações?”* (5 valores)
- b) *“O vereador podia ter emitido o despacho nos termos da lei?”* (5 valores)
- c) *“Posso fazer o que a Inspeção-Geral de Finanças propõe?”* (5 valores)

II

Comente a seguinte afirmação: *“Face às exigências de descentralização e desconcentração, à complexidade dos atuais fenómenos sociais e à natureza cada vez mais diversificada de diferentes tipos de entidades administrativas, o paradigma baseado na hierarquia, superintendência e tutela já não é suficiente para caracterizar as relações jurídico-administrativas entre entidades da Administração Pública.”* (5 valores)

Modelo de Resolução

I

Questão a)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados os seguintes problemas:

- Em geral, identificação dos requisitos da delegação de competências e respetivo preenchimento;
- Competência da Câmara Municipal do Porto;
- Quórum (relação e aplicação de CPA e de legislação pertinente em matéria de autarquias);
- Maioria de aprovação (relação e aplicação de CPA e de legislação pertinente em matéria de autarquias);
- A ausência de especificação da norma habilitante e discussão em torno das respetivas consequências jurídicas (mera irregularidade?);
- Problemas quanto à eficácia da delegação e das subdelegações (aprovação de atas, publicação);
- Possibilidade de aprovar as subdelegações.

Questão b)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados os seguintes problemas:

- Possibilidade de emitir o despacho em questão, tendo em conta a relação administrativa entre vereador e diretor municipal;
- Conteúdo do despacho emitido pelo vereador: relevância dos princípios e possibilidade de inversão de disposição legal injuntiva;
- Discussão sobre eventual possibilidade de incumprimento do despacho pelo Diretor Municipal.

Questão c)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados os seguintes problemas:

- Competência do Ministro da Administração Interna;
- Competência da Inspeção-Geral de Finanças;
- Existência de motivos para aplicação da sanção de perda de mandato;
- Competência do Ministro para aplicação da sanção de perda de mandato (usurpação de poderes);

- Inexistência de tutela revogatória sobre as autarquias locais mesmo que motivada por razões legais. Discussão sobre a possibilidade de existência da mesma no quadro da Constituição.

II

No comentário a esta afirmação deveriam ser designadamente abordados os seguintes temas e questões:

- Definição e caracterização de descentralização e desconcentração administrativas;
- Definição e identificação dos vários tipos de entidades administrativas;
- Identificação de tipos de entidades administrativas que possam não ser facilmente enquadráveis nas categorias clássicas;
- Os fenómenos de colaboração entre diferentes tipos de entidades administrativas de natureza variada. Exemplos;
- Definição e caracterização de hierarquia, superintendência e tutela;
- A suficiência da hierarquia, da superintendência e da tutela como modelos para caracterizar a relação entre entidades administrativas em situações de colaboração entre diferentes tipos de entidades administrativas de natureza variada.